



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL CAMPO BOM
Relatório de Comprovante de Abertura de Processos

Página 1 / 1
Página 1
Data: 11/08/2022

Filtros aplicados ao relatório

Número do processo: 0028014/2022

Número do Protocolo: 0028014/2022 Número único: U5Y.F17.899-15
Solicitação: 14 - SOLICITAÇÃO PARA LICITAÇÕES
Número do documento:
Requerente: 157382 - CLAITON F PIRES & CIA LTDA EPP CPF/CNPJ do requerente: 02.171.558/0001-65
Endereço: Rua RUA OSVALDO ARANHA Nº 217 - 93212-640
Complemento: Bairro: TRES PORTOS
Beneficiário: 157382 - CLAITON F PIRES & CIA LTDA EPP CPF/CNPJ do beneficiário: 02.171.558/0001-65
Endereço Beneficiário: Rua RUA OSVALDO ARANHA Nº 217 - 93212-640
Telefone: Celular:
E-mail: ATENDIMENTO@DETINSECT.COM.BR Notificado por: E-mail
Local da protocolização: 005.002.005 - SETOR DE PROTOCOLO GERAL
Protocolado por: Diones Patrick Flesch Atualmente com: Diones Patrick Flesch
Protocolado em: 11/08/2022 16:34 Previsto para: 26/08/2022 16:34 Concluído em:
Súmula: Segue em anexo Recurso e documentação complementar referente ao Pregão Presencial nº 20/2022.
Nossa empresa é CLAITON F PIRES & CIA LTDA EPP CNPJ 02.171.558/0001-65.

Observação:

Retirado por: _____

Em: __/__/__

CLAITON F PIRES & CIA LTDA EPP
(Requerente)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
Comprovante de abertura de processo

3598-8600

Número do Protocolo: 0028014/2022 Número único: U5Y.F17.899-15
Solicitação: 14 - SOLICITAÇÃO PARA LICITAÇÕES
Número do documento:
Requerente: 157382 - CLAITON F PIRES & CIA LTDA EPP CPF/CNPJ do requerente: 02.171.558/0001-65
Endereço: Rua RUA OSVALDO ARANHA Nº 217 - 93212-640
Complemento: Bairro: TRES PORTOS
Beneficiário: 157382 - CLAITON F PIRES & CIA LTDA EPP CPF/CNPJ do beneficiário: 02.171.558/0001-65
Endereço Beneficiário: Rua RUA OSVALDO ARANHA Nº 217 - 93212-640
Telefone: Celular:
E-mail: ATENDIMENTO@DETINSECT.COM.BR Notificado por: E-mail
Local da protocolização: 005.002.005 - SETOR DE PROTOCOLO GERAL
Protocolado por: Diones Patrick Flesch Atualmente com: Diones Patrick Flesch
Protocolado em: 11/08/2022 16:34 Previsto para: 26/08/2022 16:34 Concluído em:
Súmula: Segue em anexo Recurso e documentação complementar referente ao Pregão Presencial nº 20/2022.
Nossa empresa é CLAITON F PIRES & CIA LTDA EPP CNPJ 02.171.558/0001-65.
Observação:

CLAITON F PIRES & CIA LTDA EPP
(Requerente)

À

PREFEITURA MUNICIPAL CAMPO BOM

ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 020/2022 – PROCESSO N° 278/2022

REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO PARA COMBATE AOS MOSQUITOS, CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL

DETINSECT CONTROLE DE PRAGAS URBANAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.171.558/0001-65, com sede à Rua Osvaldo Aranha, 217, Bairro Três Portos, Sapucaia do Sul, Representada por Claiton Fabiano Pires, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, por sua procuradora signatária, conforme instrumento de procuração anexo, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

dentro do prazo legal e nos termos do item 10.1 do edital, Lei Federal nº 10.520/2002 e alterações, contra decisão que declarou **vencedora** do certame a empresa **IMUNIZADORA ARARICÁ**, aduzindo as seguintes razões de fato e de

direito que passa a expor:

1. DOS FATOS

Conforme ata datada em 28 de julho de 2022, participaram do certame, 03 (três) empresas. Abertas as propostas, verificou-se que a **IMUNIZADORA ARARICÁ**, apresentou valor bem abaixo das outras participantes e **também abaixo do orçamento base da licitação**. Em razão disso, ou seja, pelo valor da proposta ofertada, foi aberta diligência para análise dos últimos contratos, com o mesmo objeto do certame, com resultado inconclusivo.

Após a fase de lances, foram analisados os documentos de habilitação da empresa **IMUNIZADORA ARARICÁ**, a qual ofertou o menor valor.

Da análise do atestado de Capacidade Técnica da empresa, constou em ata que: ***"O atestado é bem vago, citando apenas o tipo de serviço realizado e o local. Conforme solicitado no edital, no Atestado deve ter a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características quantidades e prazos com o objeto da licitação"***.

Diante disso, a Comissão optou em realizar **diligência no atestado** apresentado pela empresa **ARARICÁ**, para esclarecimentos de dúvidas quanto ao conteúdo, conforme prevê o item 8.1.4, item a.1 do Edital.

Realizada a diligência nos atestados, conforme e-mail datado em 03/08/2022, enviado por Lucas Marques de Souza, da Divisão de Licitações e Contratos, a empresa **ARARICÁ** foi declarada **HABILITADA**, com o entendimento que os **ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA**, são suficientes para comprovar quantidades e prazos.

Com a habilitação da empresa **IMUNIZADORA ARARICÁ**, foi solicitada **nova diligência**, com relação ao **valor ofertado pelos serviços**.

Assim, realizada a diligência, conforme e-mail datado em 08/08/2022, a empresa **IMUNIZADORA ARARICÁ**, foi declarada **VENCEDORA** do certame, com a alegação de que os documentos apresentados são suficientes para comprovar a exequibilidade da proposta.

Posto isso, passou-se para etapa de intenção de recurso, com a manifestação da Recorrente em interpor o competente recurso, referente a **qualificação técnica**, ou seja, **atestado apresentado** pela empresa **IMUNIZADORA ARARICÁ** e também pelos **preços inexecutáveis** para execução do objeto licitado.

Diante disso, vem a Recorrente apresentar seu recurso, tendo em vista que a empresa **IMUNIZADORA ARARICÁ**, não atendeu o edital, motivo pelo qual a decisão da Douta comissão de declarar vencedora a empresa **IMUNIZADORA ARARICÁ**, merece reforma, senão vejamos:

1.1- DESCUMPRIMENTO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

O edital no seu **item 2, subitem 2.1, letra "a" e "b"** é claro ao expressar que **poderão participar** deste Pregão, os licitantes que:

- a) desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto licitado;
- b) atendam às exigências constantes neste edital e dos seus anexos, inclusive quanto à documentação requerida;

O **TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I**, ao tratar do objeto licitado registra claramente que, deverá ser utilizado **APLICAÇÃO DE LARVICIDA BIOLÓGICO nos córregos da cidade**.

Veja-se a seguir o que diz o TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I – nesse sentido:

1.0. OBJETO: O presente pregão tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de desinsetização para combate aos mosquitos, através de aplicação de larvicida biológico nos córregos da cidade, com fornecimento de mão de obra e matéria-prima necessária para execução dos serviços, conforme Anexo I-A.

2.0. JUSTIFICATIVA: O uso adequado de larvicida em córregos da cidade é essencial para evitar a proliferação de mosquitos. Uma equipe especializada é necessária para reduzir essa proliferação, uma vez que está aumentando os casos, e já recebemos alerta do Estado para um possível pico de dengue a partir de setembro. Precisamos desse serviço para conter os casos e evitar a contaminação.

Na Descrição dos serviços não restam dúvidas que o serviço de **DESINSETIZAÇÃO** para combate a mosquitos será com **APLICAÇÃO DE LARVICIDA BIOLÓGICO**, conforme abaixo:

3.0. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

| ITEM | DESCRIPTIVO | UN. | QUANTIDADE |
|------|---|-----|------------|
| 1 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO PARA COMBATE A MOSQUITOS ATRAVÉS DE APLICAÇÃO DE LARVICIDA BIOLÓGICO EM 17 LOCAIS CONFORME DESCRITO NO ANEXO I-A | MÊS | 06 |

Ocorre que, o ATESTADO apresentado pela empresa **IMUNIZADORA ARARICÁ** é **incompatível com o objeto licitado**.

O atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa Recorrida é **de aplicação de produtos para desinsetização**, portanto, não é compatível com objeto, que é a **prestação de serviços de desinsetização com a aplicação de larvicidas biológicos**.

Ademais, mesmo após a diligência requerida, verifica-se que os documentos apresentados, na descrição dos serviços executados, **não há comprovação que a empresa realizou serviços de desinsetização com aplicação de larvicida biológico**.

Frisa-se que nos documentos apresentados pela Recorrida, em razão da solicitação da diligência, **não há prestação de serviços com larvicida biológico**. Os serviços realizados pela empresa **IMUNIZADORA**

ARARICÁ, foi com aplicação de produtos para desinsetização **e não aplicação de larvicida biológico**.

Com relação a declaração apresentada pelo Soldado Luis Antonio Gioppo do QPM de Garibaldi, atestando que a empresa IMUNIZADORA ARARICÁ, realizou serviços desinsetização com aplicação de larvicida biológico, é impugnada, eis que unilateral, bem como não consta assinatura autenticada em cartório, para fins de comprovação que o Soldado, detém poderes para assinar pelo QPM.

Portanto, não restam dúvidas que o atestado apresentado pela Recorrida é **incompatível com o edital e anexo I**, pois apresenta serviços distintos do solicitado.

O atestado apresentado, **não serve para comprovar a capacidade técnica da empresa IMUNIZADORA ARARICÁ**.

O **item 8, subitem 8.1.4, letra "a"**, relativa a qualificação técnica é claro ao mencionar que, dispõe que:

- a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de **no mínimo 01 (um) atestado** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, carimbado e devidamente assinado pelo responsável; comprovando que a proponente executou serviços de características semelhantes em qualidade e complexidade ao do objeto licitado.

Ademais, o item 8.7, não deixa dúvidas que a empresa que apresentar os documentos em desacordo com o edital será **INABILITADA**.

8.7. O licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no envelope "Documentos de Habilitação" ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste instrumento convocatório ou com irregularidades será inabilitada.

Assim, o Atestado Técnico apresentado pelo Recorrido viola o edital e o anexo I, que faz referência que **A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO PARA COMBATE A MOSQUITOS, DEVE SE DAR ATRAVÉS DE APLICAÇÃO DE LARVICIDA BIOLÓGICO**.

Já o Atestado do Recorrente, atende plenamente o edital, pois não deixa dúvidas que **realizou serviços de desinsetização através de aplicação de Larvicida Biológico**.

Pelo exposto, a empresa **IMUNIZADORA ARARICÁ** deve ser desclassificada do certame, pois desatendeu o item que trata da qualificação técnica, **violando o edital e anexo I**.

1.2. DOS PREÇOS INEXEQUÍVEIS

A Empresa apresentou uma proposta **totalmente inexecutável**, para execução dos serviços, objeto do edital.

Veja-se que, o preço apresentado pela empresa Recorrida foi de **R\$ 500,00** (quinhentos reais).

Ora, como é possível o Recorrido apresentar uma planilha com os custos de insumos em **R\$ 500,00** quando o produto **LARVICIDA BIOLÓGICO** está em torno de **R\$ 1.800,00**, conforme nota fiscal apresentada pela empresa **Agrocontinental**, que aqui acostamos.

E mais, em média, o custo é de **R\$ 3.000,00 mensal**, somente de produto, assim, como poderá o Recorrido executar o objeto da licitação por um valor de **R\$ 500,00**, considerando os locais a serem realizados os serviços.

Outro ponto que merece destaque está relacionado ao produto que será utilizado pela empresa **IMUNIZADORA ARARICÁ**. Veja-se que, a empresa utilizará o produto VECTOBAC G que é para ÁGUAS PARADAS, portanto não é o produto ideal.

O produto que atende plenamente o edital é o VECTOBAC 12 AS o qual é utilizado em águas correntes, conforme folheto descritivo que anexamos no presente recurso.

Dito isso, não restam dúvidas que, o preço ofertado pela empresa **IMUNIZADORA ARARICÁ** é completamente inexecutável.

A própria comissão na ata datada em 28/07/2022, informa que a empresa **IMUNIZADORA ARARICÁ**, apresentou um valor abaixo do orçamento base da licitação.

Nesse sentido o edital no **item 6, subitem 6.7.1** ao tratar das propostas apresentadas, assim menciona:

6.7.1. Serão consideradas desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital e seus anexos, sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou ainda, preços manifestamente inexequíveis.

O edital é claro que **não serão consideradas** as propostas **manifestamente inexequíveis**, que é o caso da proposta ofertada pela empresa Recorrida, razão pela qual deve ser desclassificada,

Verifica-se que a planilha de custos apresentada não condiz com o valor do produto, qual seja larvicida biológico, que será utilizado para a realização dos serviços.

Os preços ofertados pelo Recorrido, não deixem dúvidas que são inexequíveis, conforme demonstrado.

Evidencia-se que, a empresa **IMUNIZADORA ARARICÁ**, apresentou uma proposta **totalmente inexequível**, bem como **não** atendeu o item que trata da **qualificação técnica**.

Assim, não atendendo a Recorrida, o edital, **desclassificada está**, não podendo prosseguir no certame.

Outrossim, é sabido que o edital de licitação, estabeleceu com clareza os critérios para a **HABILITAÇÃO DAS LICITANTES**, critérios estes **não** cumpridos pela Recorrida.

Por tudo exposto, não podemos concordar com a decisão que declarou vencedora a empresa **IMUNIZADORA ARARICÁ**, eis que **não** atendeu o anexo I e o edital Lei maior que processa a presente licitação, motivo pelo qual **não** deve ser prosseguir no presente certame licitatório.

2. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Conforme amplamente demonstrado o edital é claro que somente poderão participar do pregão os licitantes que atendam às exigências do instrumento convocatório e seus anexos.

A empresa que apresentar documentos em desacordo com o edital será **INABILITADA**, que é o caso em tela.

Assim, não atendendo a empresa Recorrida o edital, **não** pode ser considerada habilitada.

Sabe-se que, **o edital é a lei interna**, logo todo e qualquer documento que este exija ou norma por ele estipulada deverá ser cumprido

pelos licitantes.

Portanto, o julgamento deverá obedecer aos critérios previamente estabelecidos no instrumento convocatório, o qual vincula tanto os concorrentes, quanto à Administração Pública e Privada, por ser a "lei interna da licitação".

Neste contexto, se o edital que é lei entre as partes, dispõe que poderão participar do presente certame os licitantes que satisfaçam as exigências de habilitação, bem como as empresas que comprovarem a qualificação exigida no edital, todos os licitantes deverão seguir as normas editalícias.

A regra insculpida no art. 3º da Lei nº 8.666/93, assim expressa:

" A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos." Grifei.

O artigo 3º da Lei Federal nº 8.666/93, lei essa que regulamenta o artigo 37, XXI, da Constituição Federal, reitera a máxima constitucional e assenta o entendimento da **imprescindibilidade do tratamento isonômico entre os concorrentes e da vinculação ao instrumento convocatório.**

Conforme a ilustre Doutora Maria Serrano San Martin:

"Não se trata de rigor formalismo, nem de arbitrariedade por parte da Administração Pública, o Edital é claro acerca das condições para a participação na licitação, o não atendimento a estas condições, implicará na inabilitação do licitante." (Temas polêmicos sobre Licitações e contratos. Ed.Malheiros. 3ª ed., pág.38). **Grifo nosso.**

O Nosso Egrégio Tribunal de Justiça, assim já decidiu:

AGRAVO. APELAÇÃO CÍVEL. LICITAÇÃO E CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. INOBSERVADO.

1. O Edital é lei entre as partes, devendo ser rigorosamente observado.

2. O apelante não tem direito líquido e certo à habilitação no certame, uma vez que não satisfaz o princípio da vinculação ao edital, apresentando documento que não o requerido.

3. Os argumentos trazidos no recurso não se mostram razoáveis para reformar a decisão monocrática.

AGRAVO REGIMENTAL CONHECIDO COMO AGRAVO E DESPROVIDO. Agravo Regimental nº 70064929896. Primeira Câmara Cível. Des.Relator Sérgio Luiz Grassi Beck. Julgado em 24/06/15.

APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO. REQUISITOS DO EDITAL. INOBSERVÂNCIA. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO.

O edital é a lei interna do procedimento licitatório, não pode ser descumprido pela Administração e deve ser observado por todos os licitantes para que concorram em igualdade de condições.

No caso, a parte impetrante não se desincumbiu do ônus de comprovar a sua regularidade perante a Receita Federal (contribuições), pois deixou de apresentar Certidão expressamente prevista no item 4.7, "g", do edital (fl. 27), motivo pelo qual não há falar em nulidade

do ato que a inabilitou do certame. Grifei. Apelação Cível nº 70066855578. Segunda Câmara Cível. Desembargador Relator João Barcelos de Souza Júnior. Julgado em 25/11/2015.

Dessa forma, dentre os princípios constitucionais da Administração pública e das licitações, temos o **princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o qual determina que uma vez fixadas no instrumento convocatório as condições, as regras do certame** e iniciada a sua fase externa com a devida publicidade, fica os licitantes e a Administração Pública licitadora estritamente vinculada aos seus termos.

Considerar habilitada empresa que **não** atendeu ao edital, estaria ferindo-se os princípio da **vinculação ao edital** e **da igualdade** entre os licitantes, pois será concedido a um licitante privilégio **não** conferido aos demais.

A empresa Recorrida **não apresentou atestado exigido** no certame, eis que o atestado apresentado **não contempla a realização de serviços de desinsetização com aplicação de larvicida biológica**.

O Documento apresentado pelo QPM, firmado pelo Soldado Luis Gioppo, além de ser unilateral, não possui validade, pois **não está assinado com firma reconhecida, bem como não há qualquer comprovação que o mesmo detém poderes para assinar pelo QPM**.

De igual modo, os documentos apresentados pela Recorrida, em resposta a diligência realizada, **não comprovam que a mesma executou os serviços, objeto da licitação**, ou seja, **com aplicação de larvicida biológica**.

Sem contar que, o produto a ser utilizado pela empresa **IMUNIZADORA ARARICÁ é o VECTOBAC G que é para ÁGUAS PARADAS**, quando o correto e que atende o edital é o **VECTOBAC 12 AS** o qual é utilizado em **águas correntes**, conforme acima mencionado.

Por tudo exposto, sabe-se que, o objetivo da apresentação de atestados de capacidade técnica é para comprovar que a **empresa participante do certame executou**, em momento anterior e de forma satisfatória, objeto compatível com o licitado, gerando segurança à Administração Pública na futura contratação, ausente no caso em tela.

Assim, cremos que houve um equívoco da Douta comissão de licitações, em declarar a empresa **IMUNIZADORA ARARICÁ** vencedora, visto que não atendeu as exigências editalícias.

Nesse ponto, como pode ser vencedora uma empresa que descumpre o edital, em pontos tão importantes, a exemplo, a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, bem como apresenta uma PROPOSTA COMPLETAMENTE INEXEQUIVEL.

Ora, declarar vencedora uma empresa, pelo fato de ter ofertado o menor preço, mas sem atendimento as exigências mínimas é o mesmo que rasgar a Lei maior e o edital.

Nesse sentido, cabe ressaltar que ao tratar da **proposta mais vantajosa**, segundo dispõe, o artigo 3º da Lei nº 8.666/93, o que se exige da Administração é que busque sempre a **melhor proposta**. Não há, no teor do dispositivo, qualquer menção expressa de **menor preço**.

Por certo que, uma proposta com valor reduzido em relação às demais, a princípio aparenta-ser aquela que de fato melhor represente o interesse público. Todavia, tal pressuposto **não** reflete a realidade quando o preço ofertado **não foi formulado com base nos requisitos impostos pela Administração**. Nesse caso, com toda certeza, **o menor preço não equivalerá à melhor proposta**.

Portanto, por melhor proposta deve se entender **não** somente aquela que oferecer o menor preço, mas também, e principalmente, a que guardar consonância com os requisitos impostos pela Administração como necessários à sua elaboração. **Nesse sentido, de nada adianta uma proposta que apresente valor reduzido se, na sua elaboração, não foram obedecidos os critérios previstos expressamente no edital, que é o caso em tela.**

Ora, a proposta da Recorrida financeiramente é a mais atraente para os cofres públicos, no entanto, **não** está de acordo com os termos do edital, por tudo demonstrado.

Fosse assim, seria mais lógico e prudente sepultar de vez o tipo de licitação "técnica e preço" do ordenamento jurídico, pois, desse modo, a Administração teria sempre em mãos a menor proposta, sem que fosse necessária a avaliação dos critérios técnicos para se efetivar a contratação.

A menor proposta, melhor preço, não confunde-se com a melhor proposta, conforme já relatado. Esta é muito mais abrangente e engloba em seu âmago além do aspecto financeiro, critérios outros que possibilitam a avaliação do Administrador quanto aos aspectos técnicos dos serviços a serem executados.

Desse modo, torna-se forçoso concluir que a análise da fase de classificação do certame não deve levar em conta somente o menor preço ofertado, mas também os aspectos técnicos que garantirão a futura execução do objeto a ser contratado, principalmente quando o objeto da contratação lastreia-se em serviços que afetam diretamente a população.

Importante ressaltar que, os princípios da vinculação aos termos do edital e da proposta mais vantajosa não se contrapõe. Pelo contrário, se complementam, pois este é precedido por aquele. Vale dizer, portanto, que somente haverá melhor proposta se os requisitos previstos no edital restarem cumpridos.

A Administração Pública, ao contratar uma empresa com proposta de valor inexecutável, coloca em risco a execução satisfatória do objeto licitado.

O Superior Tribunal de Justiça, tem decidido no sentido de que:

"exigência, no edital, de comprovação de capacitação técnico-operacional, não fere o caráter de competição do certame licitatório" (REsp n. 155.861/SP-1ª Turma). Nesse sentido: STJ: AGSS n. 632/DF-Corte Especial; REsp n. 331.215/SP-1ª Turma; REsp n. 144.750/SP-1ª Turma; REsp n. 172232/SP-1ª Turma; ROMS n. 13607/RJ-1ª Turma), com destaque para a seguinte Ementa referente ao REsp n. 172.232/SP-1ª Turma:

2 - **"O exame do disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, em sua parte final, referente a "exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações" revela que o propósito aí objetivado é oferecer iguais oportunidades de contratação com o Poder Público, não a todo e qualquer interessado, indiscriminadamente, mas, sim, apenas a quem possa evidenciar que efetivamente dispõe de condições para executar aquilo a que se propõe"** (Adilson Dallari)." (grifou-se).

Assim, a proposta mais vantajosa, não se trata de melhor preço, mas aquela que atenda plenamente o edital e a lei, sob pena de danos ao Poder Público e à própria população, razão pela qual deve ser desclassificada a proposta da empresa Recorrida.

Por isso, que o **item 6.7.1** é claro ao informar que **não** serão consideradas as propostas **manifestamente inexequíveis**.

Dito isso, salienta-se que, dentre os princípios constitucionais da Administração pública e das licitações, temos o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o qual determina que uma vez fixadas no instrumento convocatório as condições, as regras do certame e iniciada a

sua fase externa com a devida publicidade, fica a Administração Pública licitadora estritamente vinculada aos seus termos, não podendo estabelecer exigências ou condições não previstas, nem tampouco praticar atos sem respaldo em lei ou no próprio ato convocatório.

Assim, considerar vencedora a empresa **IMUNIZADORA ARARICÁ** que descumpriu com o edital, anexo, Lei e jurisprudências, estaria ferindo-se o **princípio da igualdade** entre os licitantes, pois aceitar como classificado um licitante que **não atendeu a maioria das exigências do Edital** implica conceder a um licitante privilégio **não** conferido aos demais. Mais do que isso, implica em prejuízo aos demais, que apresentaram toda a documentação exigida.

Pelas razões ora expostas, não resta a menor dúvida, que houve um equívoco da comissão de licitações que declarou a empresa **IMUNIZADORA ARARICÁ** vencedora do certame, mesmo apresentando uma proposta **totalmente inexecutável** e não cumprindo com o edital no quesito **qualificação técnica**.

Diante do exposto, por ter a Recorrida, descumprido o Edital, anexo I e a Lei, **não** merece ser declarada vencedora, **devendo ser desclassificada**.

3. DO PEDIDO

1. Pelos motivos de fato e de direito demonstrado no presente recurso, entendemos que essa Douta comissão, com a finalidade de guardar

o caráter isonômico do procedimento e da vinculação ao instrumento convocatório, deve **INABILITAR** a empresa **IMUNIZADORA ARARICÁ**, pelo fato de não ter cumprido com as exigências editalícias, eis que apresentou atestado incompatível com o objeto licitado e proposta com preço inexecutável.

2. Diante do exposto, requer à V.Sas. que seja julgado **TOTALMENTE PROCEDENTE** o presente recurso, dando, assim, continuidade às demais fases do procedimento licitatório.

3. Não sendo este o entendimento de V.Sa., requer sejam os autos remetidos à autoridade competente, para que após análise dos mesmos, defira o presente pedido, dando seguimento ao certame licitatório.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Porto Alegre, 10 de agosto de 2022.

ADRIANA NUNES
TEIXEIRA
WOBETO
Assinado de forma digital por
ADRIANA NUNES TEIXEIRA
WOBETO
Dados: 2022.08.11 14:13:05
-03'00'
WOBETO ADVOGADOS
ADRIANA WOBETO
OAB/RS 65.597

CLAITON FABIANO
PIRES:952699910

Assinado digitalmente por CLAITON FABIANO PIRES:
95269991004
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5,
OU=06087112000121, OU=Presencial, OU=Certificado PF
A3, CN=CLAITON FABIANO PIRES:95269991004
Razão: Eu atesto a precisão e a integridade deste documento
Localização: DIRETOR DETINSECT - Sapucaia do Sul/RS
Foxit Reader Versão: 9.5.0

DETINSECT CONTROLE DE PRAGAS URBANAS
CLAITON FABIANO PIRES
REPRESENTANTE LEGAL

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: DETINSECT CONTROLE DE PRAGAS URBANAS, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Osvaldo Aranha, 217, Bairro Três Portos, Sapucaia do Sul-RS, inscrita no CNPJ /MF sob o n.º 02.171.558/0001-65, representada neste ato pelo seu sócio **CLAITON FABIANO PIRES**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o n.º 952.699.910-04, residente e domiciliado em Sapucaia do Sul-RS.

OUTORGADOS: ADRIANA WOBETO, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RS sob o n.º **65.597**, com escritório profissional na Av. Carlos Gomes, 75, - Conj.202, Bairro Auxiliadora, Porto Alegre-RS.

PODERES OUTORGADOS: O **OUTORGANTE** confere aos **OUTORGADOS** amplos poderes para o foro em geral, assim como os contidos na cláusula "ad judicia", conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, transigir, renunciar, desistir, reconhecer a procedência do pedido, firmar compromisso, receber e dar quitação, requerer, assinar, acordar, discordar, ratificar, retificar, defender os interesses do outorgante, perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, usando os recursos legais, representar o **OUTORGANTE**, em quaisquer repartições públicas Federais, Estaduais, Municipais e Autarquias, requerendo certidões e cadastros, guias e demais papéis, usar todos os poderes contidos na cláusula "ad negotia", e, finalmente, praticar todos os demais atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, agindo em conjunto ou separadamente, podendo inclusive substabelecer os poderes ora recebidos, no todo ou em parte, com ou sem reserva, dando tudo por bom, firme e valioso, para o fim específico de interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO E CONTRARRAZÕES**, junto à **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM**.

Porto Alegre, 10 de agosto de 2022.

CLAITON FABIANO
PIRES:95269991004

Assinado digitalmente por CLAITON FABIANO PIRES:
95269991004
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5,
OU=00087112000121, OU=Proveniente, OU=Certificado PF
A3, CN=CLAITON FABIANO PIRES:95269991004
Razão: Eu atesto a veracidade e a integridade deste documento
Localização: DETINSECT - distrito de Sul-
Fódi Reader Versão: 9.3.0

DETINSECT CONTROLE DE PRAGAS URBANAS
CLAITON FABIANO PIRES
02.171.558/0001-65

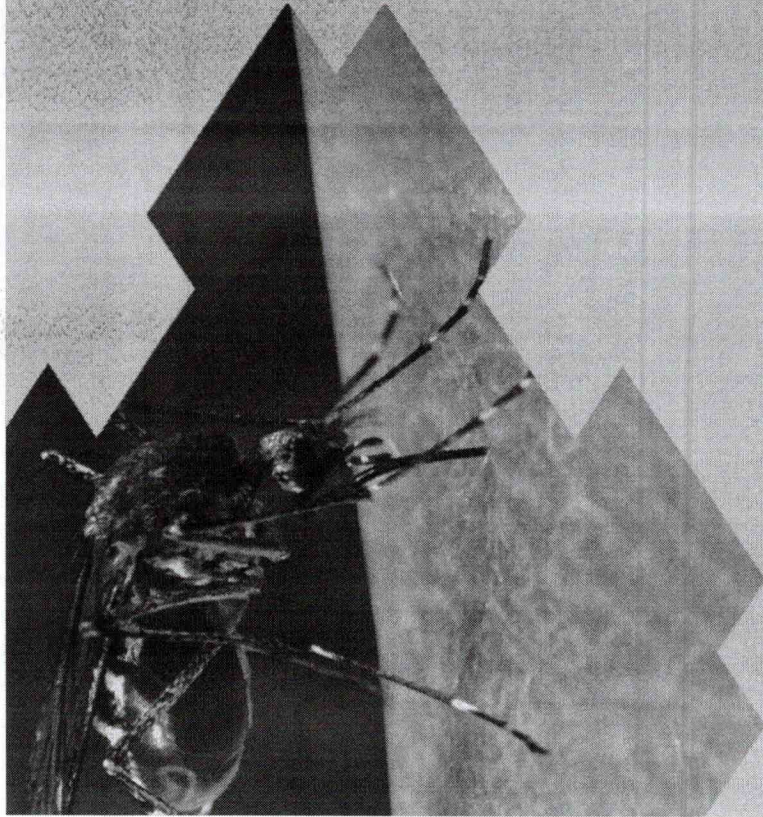
Armazenamento

VectoBac®, em todas as formulações disponíveis, se armazenado em local seco e arejado, dentro de sua embalagem original e à temperatura ambiente, mantém suas características por 2 anos, conforme registro junto a ANVISA.

Não é necessário armazenar em câmaras frias.

USW/LINK





VectoBac®
LARVICIDA BIOLÓGICO

Eficaz no controle das larvas de mosquitos e borrachudos

VectoBac® é um larvicida biológico altamente eficaz contra larvas de mosquitos e borrachudos transmissores das mais graves moléstias para o ser humano, como dengue, febre amarela e malária, entre outras. Além disso, causam enormes inconvenientes, afetando o cotidiano das pessoas, o turismo e a economia de uma região, causando transtornos a determinados grupos de animais.

VectoBac® é obtido através de uma bactéria natural, chamada *Bacillus thuringiensis israelensis* (Bti), através das mais modernas técnicas de fermentação, com rigoroso padrão de controle que atesta sua alta eficiência e qualidade.

VectoBac® é usado há mais de 30 anos em diversas partes do mundo, em programas de saúde pública, com sucesso e segurança, já que é um produto altamente seletivo para o controle de larvas de Dípteros (mosquitos), dos gêneros *Culex*, *Anopheles*, *Simulium* e *Aedes*.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) usa VectoBac® no programa de controle da Oncocercose na África desde 1978 com alta eficácia, e recomenda a utilização de Bti em seus Manuais de Produtos Aprovados para uso em saúde pública.

VectoBac® é o único produto no Brasil registrado em 3 diferentes formulações:

VectoBa

Caracte

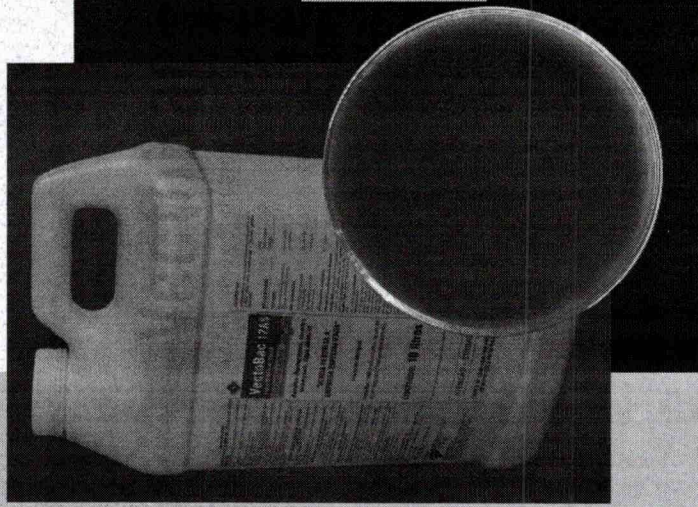
VectoBa
1.200 UTI (U
Registro AN

Aedes aeg

Culex quin

Simulium p

As caracte
de progra
(fios)riacho
formação
borrachud
dentro de p



VectoBa
200 UTI (Un
Registro AN

Culex quin

Larvas de

Suas caracte
no contro
e *Culex* (tr
mosquitos,
de 9 anos c



VectoBa
3.000 UTI (U
Registro AN

| | | |
|---|--|-----------------------------------|
| RECEBEMOS DE AGROCONTINENTAL COM IMP EXP LTDA OS PRODUTOS / SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADO AO LADO | | NF-e Nº 000053630 SÉRIE 001 |
| DATA DE RECEBIMENTO | EMISSION: 28/09/2021 - DEST. / REM.: (008346) CLAITON F PIRES e CIA LTDA - EPP - VALOR TOTAL: R\$ 1.723,20 | |
| IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR | | |

| | | | |
|---|--|--|--|
| IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE | | DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - ENTRADA 1 - SAÍDA Nº 000053630 fl. 1 / 1 SÉRIE 001 |  |
| AGROCONTINENTAL COM IMP EXP LTDA AV FERNANDO FERRARI, 562 - ANCHIETA - CEP:90200-040 - PORTO ALEGRE - RS TEL: (51)3337-5445 | | | |
| NATUREZA DE OPERAÇÃO | | CHAVE DE ACESSO | |
| VENDA DE MERCADORIAS E SERVICOS | | 4321 0905 9539 1100 0157 5500 1000 0536 3011 5848 8854 | |
| INSCRIÇÃO ESTADUAL | | Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora | |
| 0963005812 | | 143210198255708 28/09/2021 14:29:51 | |
| INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIB. | | PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO | |
| | | 143210198255708 28/09/2021 14:29:51 | |
| CNPJ / CPF | | 05.953.911/0001-57 | |

| | | | |
|---|---------------|--------------------|--------------------|
| DESTINATÁRIO / REMETENTE | | CNPJ / CPF | DATA DA EMISSÃO |
| NOME / RAZÃO SOCIAL | | 02.171.558/0001-65 | 28/09/2021 |
| (008346) CLAITON F PIRES e CIA LTDA - EPP | | | |
| ENDEREÇO | | BAIRRO / DISTRITO | CEP |
| RUA OSVALDO ARANHA, 217 | | TRES PORTOS | 93212-640 |
| MUNICÍPIO | FONE / FAX | UF | INSCRIÇÃO ESTADUAL |
| SAPUCAIA DO SUL | (51)3451-0387 | RS | HORA DA SAÍDA |

| | | | | | |
|-----------------|--|--------|----------------|----------------|---------------|
| FATURA | | NÚMERO | VALOR ORIGINAL | VALOR DESCONTO | VALOR LÍQUIDO |
| DADOS DA FATURA | | 053630 | 1.723,20 | 0,00 | 1.723,20 |

| | | | | | | | | | | | |
|--------------|------------|--------|--------------|------------|--------|--------------|------------|--------|--------------|-------|-------|
| Nº DUPLICATA | VENC. | VALOR | Nº DUPLICATA | VENC. | VALOR | Nº DUPLICATA | VENC. | VALOR | Nº DUPLICATA | VENC. | VALOR |
| 001 | 26/10/2021 | 574,40 | 002 | 23/11/2021 | 574,40 | 003 | 21/12/2021 | 574,40 | | | |

| | | | | | | | |
|--------------------|-----------------|-------------------------|---------------------|---------------|------------------------|----------------------|--------------------------|
| CÁLCULO DO IMPOSTO | | BASE DE CÁLCULO DO ICMS | | VALOR DO ICMS | BASE CÁLC. ICMS SUBST. | VALOR DO ICMS SUBST. | VALOR TOTAL DOS PRODUTOS |
| | | 1.723,20 | | 301,56 | 0,00 | 0,00 | 2.154,00 |
| VALOR DO FRETE | VALOR DO SEGURO | DESCONTO | OUTRAS DESP. ACESS. | VALOR DO IPI | VALOR TOTAL DA NOTA | | |
| 0,00 | 0,00 | 430,80 | 0,00 | 0,00 | 1.723,20 | | |

| | | | | | | | |
|---------------------------------------|---------|-------------------------|-----------------|------------|--------------------|----|--------------------|
| TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS | | RAZÃO SOCIAL | FRETE POR CONTA | CÓDIGO ANT | PLACA DO VEÍCULO | UF | CNPJ / CPF |
| | | PROPRIO CLIENTE | 0 - REMETENTE | | | | 05.953.911/0001-57 |
| | | ENDEREÇO | MUNICÍPIO | UF | INSCRIÇÃO ESTADUAL | | |
| | | AV FERNANDO FERRARI 562 | PORTO ALEGRE | RS | 0963005812 | | |
| QUANTIDADE | ESPÉCIE | MARCA | NUMERAÇÃO | PESO BRUTO | PESO LÍQUIDO | | |
| 1 | | | | 11,000 | 11,000 | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-----------------------------|--|-------------------------|---|----------|-----|------|-------|--------|----------------|----------------|---------------|-----------------|----------------|--------------|----------------|---------------|
| DADOS DO PRODUTO / SERVIÇOS | | CÓDIGO DO PROD. / SERV. | DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO | NCM / SH | CST | CFOP | UNID. | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR DESCONTO | VALOR LÍQUIDO | BASE CÁLC. ICMS | VALOR I.C.M.S. | VALOR I.P.I. | ALÍQUOTAS ICMS | ALÍQUOTAS IPI |
| | | 011053 | VECTOBAC AS - LARVICIDA BIOLÓGICO 10 L N/E - LOTE: 323573N930 - QTD: 1,00 - FAB: 01/03/2021 - VAL: 30/03/2023 - | 3808919 | 000 | 5102 | GL | 1,0000 | 2.154,0000 | 430,80 | 1.723,20 | 1.723,20 | 301,56 | 0,00 | 17,50 | 0,00 |
| | | 323573N930 (1,00) | | | | | | | | | | | | | | |

| | | |
|---|--|--------------------|
| DADOS ADICIONAIS | | RESERVADO AO FISCO |
| INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | |
| Valor Total dos Tributos: R\$ 0,00 Fonte: IBPT | | |
| 00 - PIS/COFINS Red zero Conf Lei 10925/04 - 52 Ped.: 113088 Cond.: 016-28 56 84 DIAS | | |
| Vend.: BALCAO Codigo do destinatario: 008346 | | |